

“O FIM DO SONHO AMERICANO” E O DEBATE DAS RACIONALIDADES SUBSTANTIVA, COSMOPOLITA E AMBIENTAL EM MODELOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria¹

Flávia Lorene Sampaio Barbosa²

Irlanda Pires de Sá Sousa³

Fagner Martins Santana⁴

Resumo: As crises exigem respostas teóricas, éticas e estratégicas, com isso, a pesquisa objetiva promover um debate sobre a concepção da racionalidade nos modelos de desenvolvimento econômico-social, com suporte em estudo observacional do documentário “O fim do sonho americano” (2016). Realiza-se uma discussão sobre concepções de racionalização substantiva (RAMOS, 1989), cosmopolita (SANTOS, 2002, 2007, 2010) e ambiental (LEFF, 2004, 2009, 2010, 2011) em contraposição à instrumental. A lógica evidenciada no documentário situa 10 princípios defendidos de como o sonho americano está associado à perspectiva de mercado (racionalidade instrumental), por certo, observa-se emergência, ou urgência, de novos parâmetros compreensivos sobre desenvolvimento em sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico-Social; Racionalidade Instrumental; Racionalidade Substantiva; Racionalidade Cosmopolita; Racionalidade Ambiental.

¹ Universidade Federal do Piauí. E-mail: fabiana.almeida.flf@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0008637422329772>

² Universidade Federal do Piauí. E-mail: flsbarbosa@ufpi.edu.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3271567015867945>

³ Instituto Federal do Piauí. E-mail: irlandapires@ifpi.edu.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3899517397435522>

⁴ Universidade Federal do Piauí. E-mail: fagnermsantana@hotmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6530066602080701>

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 2: 90-108, 2022.

Abstract: Crises require theoretical, ethical and strategic responses, with this, the research aims to promote a debate on the conception of rationality in economic and social development models, supported by an observational study of the documentary “The end of the American dream” (2016). A discussion is carried out on conceptions of substantive (RAMOS, 1989), cosmopolitan (SANTOS, 2002, 2007, 2010) and environmental (LEFF, 2004, 2009, 2010, 2011) rationalization as opposed to instrumental. The logic evidenced in the documentary locates 10 principles defended on how the American dream is associated with the market perspective (instrumental rationality), certainly, there is an emergence, or urgency, of new comprehensive parameters on development in society.

Keywords: Social-Economic Development; Instrumental Rationality; Substantive Rationality; Cosmopolitan Rationality; Environmental Rationality.

Introdução

A racionalidade instrumental ocidental fundamentou as ciências da administração (MOZZATO; GRYBOVSKI, 2013), sendo caracterizada como um “[...] *fenômeno oriundo das relações sociais, importante para promover as mudanças necessárias à sociedade e, não, simplesmente, como um conjunto de técnicas, normas e procedimentos, tal como imaginam os ortodoxos*” (SANTOS; SANTOS; BRAGA, 2015, p. 475). Mesmo que a lógica centrada na perspectiva de mercado se faça presente às ciências da administração, seu exercício implica decisões de base ética, perante responsabilidade, podendo a gestão, portanto, ser “[...] *conduzida por um posicionamento crítico, participativo e emancipatório do indivíduo*” (SANTOS; SANTOS; BRAGA, 2015, p. 475), que balizam outras compreensões sobre desenvolvimento, como, por exemplo, o ecodesenvolvimento (SOUZA; SAMPAIO, 2006).

Em adição, a historicidade, ampliada a vivências e culturas de povos não circunscritos à história ocidental, alimenta nova ideia sobre critérios de validade do conhecimento, especificamente, quando considera outros saberes, implica inteligibilidade de uma experiência social sob o prisma não ocidental (SANTOS; MENESES, 2009). É, então, em torno de uma nova historicidade epistemológica (KÖCHE, 2005), agora, com implicações diretas sobre validade de conhecimentos negados pela ciência moderna, que se abriga o principal desafio do século XXI (MENESES, 2008, OLIVEIRA, 2017).

Por outro lado, as crise ambiental, civilizacional, com expressão do risco ecológico e da degradação dos conflitos ambientais também desafiam o século XXI, que agrava velhos problemas, como, por exemplo, fundamentalismos políticos-ideológicos, violência social e terrorismo, insegurança, desigualdade e pobreza, corrupção, equidade de gênero, direitos humanos, pensamento ecológico, são reconhecidas por Leff, (2004, 2009, 2010, 2011) como crise de conhecimento, face a institucionalização de uma

racionalidade sob égide do mercado, que, pela ciência moderna, evidencia desafios para garantia da sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, fez-se necessário um debate sobre concepções de racionalidade em modelos de desenvolvimento econômico-social, para que se possa compreender desafios relacionados a esse tema, bem como ensaiar estratégias de promoção de vida digna em processos de desenvolvimento como sugerem Granito, Mantovani, Cunha, Rodrigues e Basílio (2007). No documentário “O fim do sonho americano”, Noam Chomsky, por sua vez, ao fazer críticas às intenções manifestas em decisões políticas e econômicas nos Estados Unidos, levanta debate sobre práticas democráticas e consequências do exercício do poder político nesse país.

Com base no argumento de ser a democracia modelo que privilegia interesses da população, permitindo entendimento das necessidades sociais e um melhor esboço das políticas públicas (MARTINS, 2009), a relação entre democracia e desenvolvimento nesse artigo será problematizada pelas concepções de racionalidade subjacentes. Como contribuição, a pesquisa possibilita um debate entre os modelos de racionalidade e de desenvolvimento econômico-social evidenciados no documentário.

Modelos de Desenvolvimento Econômico-social

Por crescimento econômico, têm-se o processo condicionado pelas possibilidades de superação de estrangulamentos internos que se relacionam com a acumulação de capital na indústria ou no setor moderno da economia (MOREIRA; CRESPO, 2012). Nesse caminho, o crescimento é caracterizado por uma elevação contínua do Produto Interno Bruto (PIB), tanto em termos globais, como *per capita*, considerado o melhor indicador de desempenho de uma economia (CARNEIRO; BAGOLIN, 2012). Para tanto, o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento econômico.

De acordo com Costa (2007), o estudo do crescimento econômico nas tradições clássica e neoclássica divide-se, em duas fases, a do crescimento exógeno, e a nova teoria do crescimento, a do crescimento endógeno. Em relação às fases exógenas e endógenas mencionadas, Boisier (1989) esclarece que crescimento econômico pode resultar de forças e mecanismos exógenos à região, forças externas originadas, principalmente, do esboço das políticas macroeconômicas, do critério de alocação de recursos entre as regiões e da demanda externa; ou, ainda, em forças endógenas, com mecanismos criados pela região, com a internalização do crescimento.

A força endógena é propulsora do desenvolvimento regional, por não depender de fatores externos (OLIVEIRA; LIMA, 2003). Políticas externas (exógenas) podem equilibrar o desenvolvimento das regiões, contudo, aquelas que apresentem forças internas (endógenas) possuem um potencial maior para produzir e consumir (OLIVEIRA; LIMA, 2003). Nesse caminho, o

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 2: 90-108, 2022.

desenvolvimento regional parte da participação da comunidade local, tanto para o incremento de tecnologias necessárias ao processo, quanto ao aperfeiçoamento pessoal para acompanhar a evolução tecnológica, e, também, a disposição em consumir os produtos da região (ARAÚJO, 2014).

No contexto das políticas públicas brasileiras, uma experiência de incentivo ao desenvolvimento endógeno, os Arranjos Produtivos Locais (APLs), por exemplo, envolve valorização das potencialidades internas, por meio de incentivos à produção e consumo regional e local (SEBRAE, 2017). APL é uma aglomeração de empreendimentos localizados no mesmo território, com especialização produtiva e vínculos de articulação, em rede, interação, cooperação e aprendizagem, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE, 2017).

O Relatório Final de Atividades da Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais (CBAPL), em 2009, aponta que os APLs contribuem para o desenvolvimento sustentável e para novas formas de inovar nas políticas e instrumentos, com elevação da performance e inovação (BARBOSA, 2016), contribuindo, assim, com a promoção do desenvolvimento local.

A perspectiva endógena, ainda, é representada pela economia solidária e a autogestão, que, no âmbito de territórios, conferem produção de estratégias participativas do desenvolvimento que pressupõem a construção socialmente mais ampla do tecido territorial, composta por redes socioterritoriais, políticas e produtivas (ADDOR; HENRIQUES, 2015). São essas redes que permitem o compartilhamento de saberes, a socialização de meios técnicos e informacionais, em processo de mobilização e protagonismo, conceito-chave e via transformadora do social (MELO e SOUSA, 2017).

O desenvolvimento regional, portanto, requer políticas públicas favoráveis à participação, permitindo que as relações territoriais confirmem protagonismo local, ante à percepção de variados desafios que podem ser geridos por parcerias e redes (ALBUQUERQUE, 2001). Nesse sentido, o território é a base para o espaço produtivo, em que os saberes são compartilhados, a aprendizagem continuada, o uso socializado de meios técnicos e informacionais, a produção de alianças estruturadas por redes de atores sociais, institucionais e governamentais (MELO; SOUSA, 2017).

Nessa dinâmica, território e espaço, e suas marcas históricas, configuram o desenvolvimento regional (SANTOS, 2000), que perpassa pelas identidades, senso de ocupação e relação de poder estabelecidas (SANTOS, 2000, RAFFESTIN, 1993, CORRÊA, 2003, LITTLE, 2002). Nessa abordagem, formação de redes baseia-se em princípios solidários, com gênese no capital social, com potencial de elaboração de políticas públicas referenciadas nas questões locais de uma comunidade (MANCE, 1999, ALVERAR, 2008, TRIGILIA, 2001).

Nesse sentido, o desenvolvimento regional endógeno, mediante participação, promove desenvolvimento regional, local, econômico e social

sustentável. Assim, considerando o movimento participativo, considera-se necessário compreender a lógica inerente aos seus atores, aquela que informa sobre comportamentos e atitudes, interesses e valores, o que se pode analisar a partir da concepção de racionalidade.

Da Racionalidade Instrumental à Racionalidade Substantiva

A sociedade capitalista enfrenta desafios em relação à sua lógica de funcionamento, com base em sobrepujar os valores econômicos como critérios de análise das principais ações de regulação da vida humana, de forma que se, por um lado, os valores do modelo capitalista geraram desenvolvimento econômico, social e tecnológico, por outro, apresentaram em sua lógica exclusão social associada aos desafios da alta produtividade e competitividade engendradas pela mundialização do modelo de reprodução capitalista (BARROS; OLIVEIRA, 2012).

Kalberg (1980) explica que a racionalidade formal, conhecida também como racionalidade instrumental, é predominante nas organizações burocráticas, posto ser orientada por regras formais analisáveis, em que o homem racional seleciona adequadamente os meios para o desenvolvimento dessas organizações. Esse modelo de racionalidade dá suporte ao modelo de desenvolvimento capitalista, posto a necessidade da ação estratégica em contexto individualista e competitivo, que confere a apropriação de recursos materiais e simbólicos, em nome da superação da concorrência (ROCHA, 2018).

A perspectiva instrumental confere maior atenção aos objetivos pré-determinados, ao passo que a funcionalidade será o critério da seleção das ações e decisões (RAMOS, 1989). Essa ideia de racionalidade, conforme Tenório (2004, p. 33), repercute na *“instrumentalização da ação social dentro das organizações”*, define em *“ação baseada no cálculo, orientada para o alcance de metas técnicas ou de finalidades ligadas a interesses econômicos ou de poder social, através da maximização dos recursos disponíveis”* (SERVA, 1997, p. 22).

A orientação utilitária das consequências, na busca do êxito econômico e do poder supõe que as ações das pessoas sejam direcionadas, basicamente, por incentivos econômicos, mobilizados pelo alcance de maior ganho financeiro (ANDRADE; TOLFO; DALLAGNELO, 2012).

O predomínio da razão instrumental nas organizações produtivas engendra uma ‘sociedade centrada no mercado’ (RAMOS, 1989), responsável pela insegurança psicológica, pela degradação da qualidade de vida, pela poluição, pelo desperdício dos recursos naturais do planeta, além de produzir uma teoria organizacional incapaz de ensinar espaços sociais gratificantes aos indivíduos.

A economia, apresenta Serva (1997), em referência à Ramos (1989), deveria ser analisada como um processo social, inserida na configuração institucional própria de cada sociedade historicamente referenciada. Ramos (1989) avança na defesa de uma abordagem substantiva das organizações, com respeito à condição multidimensional da sociedade, em que se faz necessária 'delimitação organizacional'. Essa, no contexto da tessitura da sociedade, confere outras perspectivas de análise das organizações, superando ênfase nas organizações formais.

Para definição da racionalidade substantiva, Ramos (1989) discorre sobre contribuições da teoria da ação comunicativa de Jurgen Habermas, enriquecida por ser processual, construída pela interação entre os sujeitos enquanto seres que se posicionam criticamente frente às normas. Na perspectiva de Fraga (2000, p. 28), a ação comunicativa "(...) não deriva de uma razão abstrata e universal, tampouco depende da subjetividade de cada um, mas do consenso encontrado a partir do grupo, do conjunto dos indivíduos e, a assim, a subjetividade se transforma em intersubjetividade".

A racionalidade substantiva, nesse caso, é estabelecida sem as pressões típicas dos sistemas econômico e político da sociedade moderna, que se fundam no exercício do poder econômico, com predominância utilitarista, típica do capitalismo (FRANÇA, 2000). Por meio da ação baseada em comunicação, portanto, a argumentação possibilita o avanço social, no que tange à espontaneidade, solidariedade e cooperação (FRANÇA, 2000).

Da Racionalidade Substantiva à Racionalidade Cosmopolita

A racionalidade substantiva, na leitura de Ramos (1989), não parece mais suficiente para argumentos sobre pluralidade, diversidade e a ampliação de saberes e práticas (BIZARRIA, 2019). Considerando leituras de Santos (2002, 2007, 2010), por exemplo, deriva-se que o ser dotado de capacidade de agir, pode estar incapacitado do seu exercício, seja no âmbito político (impedido de participar ativamente), seja no âmbito cognitivo (seu conhecimento não é considerado válido).

A racionalidade substantiva e a defesa das interações comunicativas não ampliam debate sobre a classificação social e relações de poder historicamente definidos, ou da problemática da colonialidade do poder, do saber e do ser (DUSSEL, 2016; LANDER, 2005; MIGNOLO, 2004; QUIJANO, 2009), que subjazem desafios ao agir ético em práticas plurais, que potencializam a expressão das pessoas, suas culturas, saberes que trazem pela história de vida. Com esses argumentos, têm-se abertura para definição da racionalidade cosmopolita. Essa concepção de racionalidade, assim como a substantiva e a comunicativa, expressa crítica à instrumental.

Santos (2001) confere ser a racionalidade cosmopolita expressão política contra a exclusão econômica, social, política e cultural gerada pela mais recente encarnação do capitalismo global, conhecido como globalização

neoliberal. Esta, centrada na perspectiva de mercado, amplia os horizontes de degradação dos povos do sul global, ao passo que seus processos de desenvolvimento social e econômico foram, por muito tempo, amparados pela dependência das metrópoles, em função dos processos coloniais. Nesse caminho, exclui-se o que não se compatibiliza com o projeto civilizatório, assumido na prática de dominação colonial (QUIJANO, 2009, DUSSEL, 2016).

Em termos de ciência atenta à transformação social, Santos (2002) defende ser necessário apresentar caminhos para dar visibilidade aos povos colonizados, permitir o diálogo com reconhecimento de saberes e de suas práticas, vivências e histórias. No caminho da ampliação da lógica de racionalidade, Bizarria (2019, p. 410) propõe a razão substantiva cosmopolita que agrega *“a restauração de uma vida de base ética e política e, ainda, revertida de reconhecimento da tradução como elemento a ser mediado nas interações sociais”*.

Racionalidade Substantiva, Cosmopolita e Ambiental

A racionalidade substantiva e a cosmopolita conferem crítica à instrumental, amparada na centralidade de mercado e na hegemonia eurocêntrica ocidental, difundidas pelo mundo junto às grandes navegações. Além da destruição consequente à sociedade capitalista, no sentido da exclusão social e degradação da vida social, Leff (1994) confere análise sobre os processos coloniais à luz de questões ambientais, quando evidencia atenção à degradação ambiental decorrente da lógica de mercado, em perspectiva de dominação colonial, em especial, a partir das experiências da América do Sul.

A racionalidade ambiental, como estratégia teórica e prática, então, representa a soma de valores, crenças, sentimentos e saberes que resistem ao poder colonizador da racionalidade instrumental (LIMA, 2012). Surge como produção teórica que investiga o desenvolvimento tecnológico, as mudanças institucionais e a transformação social, com suporte na definição de formação socioeconômica de Karl Marx, o conceito de racionalidade de Max Weber e a concepção de conhecimento em Michael Foucault (LEFF, 1994).

Lima (2012), em referência à Leff (1994), define que racionalidade ambiental é um processo político e social que passa pelo enfrentamento e concertação de interesses antagônicos, com reorientação de tendências (dinâmica populacional, racionalidade do crescimento econômico, padrões tecnológicos, práticas de consumo) e superação de obstáculos epistemológicos e institucionais para a criação de novas formas de organização produtiva, a inovação de novos métodos de pesquisa e a produção de novos conhecimentos.

Como projeto político e social, Leff (2010) considera necessário debate sobre reforma do Estado, com a incorporação de normas ao comportamento econômico, e a internalização das externalidades ambientais. Com isso, considera problemática a defesa das regras de mercado, posto que estas não

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 2: 90-108, 2022.

avançam em critérios subjetivos e subjacentes ao processo de desenvolvimento e das relações sociais, com análise dos processos políticos, legislação, procedimentos de gestão e processos sociais e produtivos.

Ademais, por considerar a racionalidade instrumental derivada da dinâmica colonial, Lima (2012) reconhece na ambiental a busca por delimitar ou frear a instrumentalidade da lógica de mercado, mesmo que de forma lenta, progressiva e persistente, por setores dispostos e sensibilizados ante a possibilidade objetiva de ampliação dos espaços reservados à autorrealização humana (LEFF, 1994). Estes, como centrais para assegurar condições de sustentabilidade ecológica, produtividade com articulação das dimensões cultural, ecológica e tecnológica, na tessitura de uma formação socioambiental.

É, portanto, a racionalidade ambiental, também, um projeto político e social, que integra saberes outros, na dimensão do racional e do sensível, com potência de liberdade, que amplia possibilidades de um futuro sustentável partilhado, “*em uma práxis de construção da realidade social que confronta interesses diferenciados, insertos em saberes individuais e coletivos*” (LEFF, 2009, p. 19), dentro de projetos de construção social. Essa perspectiva também confere relevância ao diálogo de saberes, ao assumir que deste se produz identidades, solidariedade ante à diversidade e à diferença (LEFF, 2009).

Metodologia

A pesquisa, de abordagem qualitativa, utiliza procedimentos descritivos de análise fílmica, a partir da observação das cenas do documentário e comparativo com a similaridade aos modelos de racionalidade abordados. Tal abordagem “[...] *justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social*” (RICHARDSON, 2014, p. 79). Para tanto, a análise fílmica seguiu as etapas propostas por Oliveira (2017, p. 4): i) decomposição, relacionada à descrição e à busca de interpretação objetivando estabelecer e compreender as relações entre os elementos decompostos; ii) crítica, atribuição de juízo de valor, mediante a avaliação, bem como a contribuição para a discussão de um tema específico, a sua cinematografia, contexto, conteúdo, discurso, estética, representação e verdade.

Conforme orienta Bardin (2016), a análise temática ocorreu mediante o recorte do texto do documentário, em unidades de categorias comparáveis “centrada no sujeito” abordado pelo discurso de argumentos, de modo que os elementos de significação puderam ser identificados, e classificados, bem como, orientados e delimitados pela dimensão da análise em face do objetivo pretendido.

O Enredo

O documentário “O fim do sonho americano” lançado em 2016, nos Estados Unidos, tem Noam Chomsky como protagonista. Veloso (2015), ao analisar o trabalho *Is The Man Who Is Tall Happy?* de Gondry e França (2013), informa que Chomsky é linguista, cientista, ativista político e homem, ou, ainda, “um dos nomes mais influentes e respeitados do nosso tempo – um dos gurus de hoje!”. E acrescenta que “a página do MIT dá como certo que Chomsky é, como Freud, Hegel, Marx, Lenine, Shakespeare, Aristóteles, a Bíblia, Platão e Cícero, um dos nomes mais citados de sempre” (VELOSO, 2015, p.1).

“O fim do sonho americano” foi filmado durante 4 anos. O documentário aborda explicações relacionadas a fatores políticos e econômicos no que defende como o fim ao sonho americano. Para tanto, o enredo explicita compressão sobre esses fatores a partir de 10 abordagens, definidos no documentário como princípios de concentração de riqueza e poder, que sustentam a defesa do enredo. Trechos dos documentários estão associados aos princípios apresentados por Chomsky no quadro 1, selecionados para apreciação na perspectiva do objetivo da pesquisa.

Quadro 1: Segmentos de texto da transcrição do documentário – O fim do sonho americano.

Segmentos de texto - Reduzir a Democracia
Ao longo da história dos EUA, há um constante confronto entre pressões por mais liberdade e democracia, vindo de baixo, e esforços por controle e dominação pela elite, vindo de cima.
Segmentos de texto - Moldar a ideologia
Está havendo uma enorme concentrada e coordenada ofensiva empresarial que se iniciou nos anos 70, para tentar reduzir os esforços de igualdade
Ficaram chocados com a tendência democratizante dos anos 60 e acharam que precisávamos reagir contra aquilo. Eles achavam que havia um “excesso de democracia” se desenvolvendo.
Não há como lidar com toda essa pressão. Então eles precisam voltar à passividade e se despolitizarem.
Segmentos de texto - Redesenhar a economia
Esse é um fenômeno chamado financeirização da economia.
A política é desenvolvida para aumentar a insegurança. Manter os trabalhadores inseguros os manterá sob controle. Eles não vão pedir salários decentes, boas condições de trabalho, ou a oportunidade de associação livre, de sindicalizar. Esses dois processos, financeirização e realocação são parte do que leva o círculo vicioso, da concentração de renda e de poder.
Segmentos de texto - Deslocar o fardo de sustentar a sociedade para os pobres e classe média
O sonho americano, como muitos ideais, era em parte simbólico e em parte real. Nos anos 50/60 houve o maior período de crescimento na história da economia americana. A era dourada.
As maiores empresas americanas deslocaram o fardo de sustentar a sociedade para o resto da população.

Continua...

...continuação.

Segmentos de texto - Atacar a solidariedade
<p>A solidariedade é muito perigosa. Você só precisa se preocupar consigo, não com os outros. A seguridade social é baseada em um princípio. É baseada na solidariedade, se importando com os outros.</p> <p>Já cresceram, mas o princípio da solidariedade diz: eu pago impostos para que as crianças do outro lado da rua possam ir à escola.</p>
Segmentos de texto - Controlar os reguladores
<p>Mas os ricos e poderosos não querem um sistema capitalista. Eles querem poder correr para o Estado paternalista, ao terem problemas e serem socorridos pelos contribuintes.</p> <p>Enquanto isso, para os pobres, deixem os princípios de mercado prevalecerem. Não espere ajuda do governo.</p>
Segmentos de texto – Controlar as eleições
<p>A concentração de riqueza gera concentração de poder político, particularmente ao custo de disparadas eleitorais que coloca os partidos políticos no bolso das maiores empresas.</p> <p>Isso faz parte do círculo vicioso. Os juízes da suprema corte são colocados por presidentes reacionários, que são eleitos por serem financiados pelas empresas. É como o círculo funciona.</p>
Segmentos de texto – Manter a ralé na linha
<p>Você não quer que elas saibam que são uma classe oprimida. Então, esta é uma das poucas sociedades em que não se fala sobre classe.</p> <p>Na verdade, a noção de classe é bem simples, quem dá as ordens? Quem as segue? Tem mais nuances, é mais complexo, mas basicamente é isso.</p>
Segmentos de texto – Consentimento na Produção
<p>As indústrias de relações públicas e de publicidade que são dedicadas a criar consumidores, são um fenômeno que se desenvolveu nos países mais livres, então era preciso ter outras formas de controlar e era de conhecimento e expresse que você tinha que domá-las controlando suas crenças e atitudes. Uma das melhores formas de se controlar as pessoas em termos de atitudes é o que o grande economista político Thorstein Veblen chamou de “fabricar consumidores”.</p>
Segmentos de texto – Marginalizar a população
<p>Um dos principais cientistas políticos, Martin Gilens, fez um estudo sobre a relação entre atitudes públicas e políticas públicas. Ele mostra que cerca de 70% da população não tem como influenciar a política.</p> <p>Há mobilização popular e ativismo, mas em direções bem autodestrutivas. Está tomando a forma de raiva sem foco, ataques uns contra os outros e em alvos vulneráveis. Corrói as relações sociais, mas esse é o objetivo. O objetivo é fazer as pessoas odiarem e temerem umas às outras, e se preocuparem só consigo mesmas, não fazendo nada para os outros”.</p> <p>“os valores de ganância, de maximizar o ganho pessoal à custa dos outros. Qualquer sociedade pequena baseada nesse princípio é feia, mas pode sobreviver. Uma sociedade global com esse princípio está fadada à destruição em massa”.</p>

Fonte: Dados da pesquisa - documentário “O fim do sonho americano”.

Estudo Observacional

Na perspectiva de compreender e promover debate sobre a concepção da racionalidade inserida em modelos de desenvolvimento econômico-social, considerando as concepções de racionalização substantiva (RAMOS, 1983, 1989), cosmopolita (SANTOS, 2002, 2007, 2010) e ambiental (LEFF, 2004, 2009, 2010, 2011), têm-se a discussão sobre a “redução da democracia”, considerando consequências da ampliação da participação na concentração de renda e poder, o que eleva tensão no âmbito do mercado, empresas e empresários e seus lucros. Com isso, modelos de desenvolvimento para esse cenário confere dinâmica tensional em relação à premissa de participação e a defesa da competitividade, o que não se alinha à concepção da democracia que privilegia a garantia do bem comum (FREITAS; FREITAS; FERREIRA, 2016), para melhorar a qualidade de vida das pessoas em sociedade (SOUZA; TABOSA; ARAÚJO; CASTELAR, 2021).

Além da base instrumental dessa discussão, convém reconhecer que a democracia, nesse caso, pode operar a legitimidade da concentração de renda e poder, quando vivenciada sob a lógica utilitária das consequências, na busca do êxito econômico (DALLAGNELO, 2012). Significa, então, que se a participação (o ser plural) não for efetivada e garantida, pode ser conferida à falsa ideia do consenso, baseado em saberes impostos à gama da população “não” letrada. Aqui há reflexões sobre relações de poder historicamente definidos, ou da problemática da colonialidade do poder, do saber e do ser (DUSSEL, 2016, LANDER, 2005, MIGNOLO, 2004, QUIJANO, 2009), que expressam dimensões adicionais de análise, convergentes com a defesa de sociedade includente e socioambientalmente responsável.

Em relação ao “controle das eleições” e a “manutenção da ralé na linha”, referem-se às situações próximas. Ao passo que as agendas políticas, em geral, resultam de articulações em termos de financiamento político, a discussão atravessa impactos da participação ativa de grandes empresas nessas agendas, com influências na definição e controle destas. Manter os interesses empresariais sob a lógica da acumulação de riqueza, ainda, confere a redução de mobilizações, geralmente, associadas aos movimentos sindicais. A apatia resultante, ou, ainda, o silenciamento operado, converge com o desafio do ser humano estar incapacitado do seu exercício, seja no âmbito político (impedido de participar ativamente), seja no âmbito cognitivo (seu conhecimento não é considerado válido), o que Santos (2002, 2007, 2010) ensina ao apresentar a necessidade da resignificação das ausências para acolhimento de variadas expressões de presença e participação social e política.

A defesa de interesses individuais em detrimento aos interesses coletivos engendra o tema “moldar a ideologia”. Nesse caso, há esforço importante em convencionar a defesa do Estado, em obediência, passividade e despolitização, ao passo que a centralidade do mercado anima o Estado em sua configuração da arena política. Como resultado, agendas políticas e

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 2: 90-108, 2022.

políticas públicas centram esforços na defesa do desenvolvimento econômico, com predomínio da empregabilidade (educação), emprego (empresas), e renda (empreendedorismo). De maneira complementar, o sustento da sociedade, nesse caso, é “deslocado da sociedade para os pobres e a classe média”, posto a necessidade de o Estado garantir a ampliação econômica do país, podendo isentar empresas e empresários de impostos.

A institucionalidade que resulta desse movimento, envolve a defesa do modelo, em contraposição a manifestações concebidas como “resistência”, no âmbito de experiências laborais alternativas ao modelo de mercado, emprego e renda. Com isso, conforme Quijano, (2009) e Dussel (2016), conferem-se justificativas ao projeto civilizatório, a pretensão de justificar a necessária expansão do saber universal, assumido na prática de dominação colonial. Parte desse apoio ao processo civilizatório envolve “consentimento na produção”, na perspectiva da comunicação, no marketing e da lógica de consumo, especialmente, quando informações são geridas visando alcances políticos em torno de projetos e agendas das grandes corporações são defendidos.

Nos dois caminhos, redução da democracia e moldar a ideologia, é preciso o “redesenho da economia”, com base no fenômeno da financeirização da economia. Têm-se, com isso, ampliação da concorrência e ampliação da precarização do trabalho, bem como diminuição dos direitos trabalhistas, o que enseja medo e insegurança à população, considerando a prerrogativa do controle. Sobre esse ponto, importante reflexão se faz sobre “controlar os reguladores”, posto que dissonância entre reguladores e o mercado pode desfavorecer sua dinâmica, o que se apresenta sob a ideia de que esse controle também responde aos anseios empresariais. Nesse desenho, considerando as regulações do sistema, como sugere Serva (1997), em referência à Ramos (1989), a economia não é analisada como processo social, historicamente delimitada e em atenção à condição multidimensional do ser humano.

Nesse cenário, ainda, esse redesenho em perspectivas instrumentais aciona a política cognitiva do ser de resistência, resiliente, produtivo e de sucesso, que deverá incorporar a lógica da flexibilidade laboral e, constantemente, adaptar-se à inovação em ritmos intensos, com impactos na heterogeneização do trabalho, haja vista a subproletarização é intensificada mediante o trabalho parcial, subcontratado, terceirizado, entre outros (ANTUNES, 2020). Resistências, nesse caso, em forma de mobilizações sociais podem ser ofuscadas, ante à defesa do Estado ou da busca pela sobrevivência. Esse Estado, ainda, em defesa, deverá atuar na manutenção da economia, o que poderá suscitar modalidades de auxílios em contextos de crises, por meio do incremento da educação e da competência técnica na formação de força de trabalho (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Na lógica individualista, ou do ‘salve-se quem puder’, Chomsky define o princípio do “ataque à solidariedade”, em particular, pelo ataque à seguridade

social. A dimensão coletiva, que imprime a perspectiva do bem-estar coletivo, resta desafiada, ante a urgência da sobrevivência da racionalidade instrumental utilitária, que preserva escolhas baseadas em interesses de base utilitária, baseada em cálculo que orientam ao de anseios ligados a interesses econômicos ou de poder social (RAMOS, 1983, TENÓRIO, 2004, SERVA, 1997).

A discussão do tema “marginalizar a população” situa a afirmação de baixa participação da sociedade no âmbito político e, consequentemente, passividade no âmbito do destino das políticas. No documentário Chomsky associa essa baixa influência ao movimento de frustração da população, com impactos nas relações sociais, degradando a convivência coletiva. Em associação aos demais princípios, parte desse descontentamento, pode emergir de forma difusa, com projeções violentas em variadas situações e contextos.

Desde Ramos (1989), têm-se a concepção de que a vida precisa ser considerada em múltiplas dimensões, o que confere delimitação da esfera econômica, para que esta não seja a única referenciada. Possibilidades de desenvolvimento econômico e social, sustentável, includente e responsável imprime a lógica do reconhecimento da sociedade pelos seus atores, suas histórias, e configurações culturais e sociais. Concepções que encontram espaço na definição de desenvolvimento endógeno (OLIVEIRA; LIMA, 2003), regional, local, que privilegiam a dimensão territorial, sociorelacional, tecido social, redes, para representar a capacidade de empoderamento e transformação social em prol da melhoria de vida das pessoas em sociedade (SANTOS, 2000, RAFFESTIN, 1993, CORRÊA, 2003, LITTLE, 2002, MANCE, 1999, ALVERAR, 2008, TRIGILIA, 2001).

Esse projeto de sociedade, alternativa ao modelo hegemônico, conferido como resistência, se realiza em espaços habilitadores de encontros e de expressões singulares e intersubjetivas, quando pessoas podem ser (re) conhecidas face à dinâmica de poder de suas histórias, com reflexos sobre a ética, a vida social, a dimensão política e a relação homem-meio ambiente. Dar seguimento à projetos alternativos de sociedade (trabalho, ocupação, lazer, saúde etc.) imprime, nesse caso, autorrealização e autodesenvolvimento humano-coletivo, em suas expressões de gênero, classe, etnia, e outras classificações sociais (QUIJANO, 2009, DUSSEL, 2016).

Em contraposição à lógica evidenciada no documentário, que situa, nos 10 princípios defendidos de como o sonho americano está associado à perspectiva de mercado, e, portanto, a racionalidade instrumental, observa-se emergência, ou urgência, de novos parâmetros compreensivos sobre desenvolvimento em sociedade. Com isso, da sociedade centrada no mercado, amparada pela racionalidade instrumental, projeta-se a que se ampare pela racionalidade ao mesmo tempo substantiva, cosmopolita e ambiental.

‘O fim do sonho americano’ (no caso, o desfecho da história?), portanto, estaria na projeção de uma sociedade efetivamente democrática, com base em redefinições sobre participação, representação e eleições, com melhorias das condições de vida coletivamente definidas, capazes de atender

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 2: 90-108, 2022.

princípios egocêntricos e econômicos regulados em prol da relação ética humano-humano/ humano-natureza/ humano-natureza-humano.

Uma racionalidade substantivamente concebida, realizada em contexto cosmopolita pela diversidade dos seres, e ambientalmente referida, em contexto social, político, econômico, cultural, histórico e ecológico. Nesse caso, para além de dar protagonismo ao ser ator social na tessitura da sociedade multicêntrica, em referência à Bizarria (2019), confere-se à ampliação da racionalidade, em consideração à diversidade e, também, a biodiversidade, reconhecida pela racionalidade ambiental.

Considerações finais

Na perspectiva de compreender promover debate sobre a concepção da racionalidade inserida em modelos de desenvolvimento econômico-social, considerando as concepções de racionalização substantiva (RAMOS, 1983, 1989), cosmopolita (SANTOS, 2002, 2007, 2010) e ambiental (LEFF, 2004, 2009, 2010, 2011), empreendeu-se discussão sobre “O fim do sonho americano”, em torno de 10 princípios de concentração de riqueza e poder.

Desde a ‘redução da democracia’, o ‘controle das eleições’, a ‘manutenção da ralé na linha’, o ‘Moldar a ideologia’, o ‘Deslocar o fardo de sustentar a sociedade para os pobres e classe média’, o ‘redesenho da economia’, o ‘controlar os reguladores’, o ‘ataque à solidariedade’, ‘marginalizar a população’ e o ‘Consentimento na Produção’, todos os princípios defendidos reforçam a dinâmica da racionalidade instrumental, em expressão utilitária, com vistas à concentração de renda e poder, que engendra competitividade e degradação das relações sociais e socioambientais, com repercussões importantes para desigualdades sociais e crises ambientais.

Na perspectiva do modelo de desenvolvimento econômico-social, no entanto, tem-se que a perspectiva endógena se coaduna com os anseios advindos de crises sociais importantes, como a que se deriva do COVID-19, representada na perspectiva do desenvolvimento regional, local, com ênfase em outros parâmetros de riqueza e poder. Nesse caso, lógica substantiva é requerida para refletir sobre o bem-comum e a coletividade, agregando as perspectivas, cosmopolita e ambiental, para se reconhecer a diversidade em prol dos projetos que agreguem valor social, e atenção ao ambiente e a relação homem-natureza.

Nesse escopo, a pesquisa centra esforços na discussão na perspectiva de ampliação do debate sobre racionalidade, em função do possível espaço de diálogo sempre pulsante em torno das alternativas à degradação das condições de vida. A pesquisa se apoia em documentário de autor reconhecido pelo seu posicionamento político crítico, e estudos futuros podem confrontar pensamentos de outros autores, na tessitura de possibilidades outras de compreender o entorno, o contexto, e elaborar possibilidades frente aos desafios correntes.

Referências

ADDOR, F.; HENRIQUES, F. C. (Org.). **Tecnologia, participação e território: reflexões a partir da prática extensionista** - Pesquisa, Ação e Tecnologia - vol. 3. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

ALVEAR, C. A. S. A formação de redes pelas organizações sociais de base comunitária para o desenvolvimento local: um estudo de caso da Cidade de Deus. **Dissertação** em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

ANDRADE, S. P. C.; TOLFO, S. R.; DELLAGNELO, E. H. L. Sentidos do Trabalho e Racionalidades Instrumental e Substantiva: Interfaces entre a Administração e a Psicologia. **Revista de Administração Contemporânea**, 16(2), 200-21, 2012.

ANTUNES, R. **¿Cuál es el futuro del trabajo en la era digital?** Observatorio Latinoamericano y Caribeño, 4, NI, 2020.

ARAUJO, R. Análise sobre a monocultura de soja e o desenvolvimento sustentável na Amazônia com base na teoria do desenvolvimento endógeno. **Economia e Desenvolvimento**, v. 26, n.1, 2014.

BARBOSA, R. N. C. Arranjo produtivo local, política do espaço e flexibilização do trabalho, **Serv. Soc. Soc.**, 125, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: dições 70, 2016.

BARROS, M. J. F de; OLIVEIRA, V. F, de. Racionalidade administrativa: reprodução da lógica capitalista através do uso inadequado e ideológico do atributo de “racional” às ações administrativas. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v.13, n.2, p.247-263, 2012.

BIZARRIA, F. P. de A. Da Razão Substantiva à Razão Substantiva Cosmopolita: ensaiando novas possibilidades. **Organizações & Sociedade**, v.26, n.90, 2019.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. *In*: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Textos para discussão. Escola de Economia de São Paulo. FGV, 2006.

CARNEIRO, D. M; BAGOLIN, I. P. Abordagens acerca da relação crescimento econômico, desigualdade e pobreza. **Revista Cadernos de Economia**, v.16, n.30-31, pp.05-20, 2012.

Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais – CBAPL. **Relatório Final de Atividades**. 4ª CBAPL, 2009. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Arranjos_produtivos_IV/4%20-%20relatrio%20final%20apl.pdf>

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 2: 90-108, 2022.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, J. M. Teorias de Crescimento Econômico: Um Estudo Comparado. **Dissertação** de Mestrado. Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2007.

DUSSEL, E. Transmodernidade e Interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, n.1, 2016.

FRAGA, M. L. **A empresa produtiva e a racionalidade substantiva**. A Teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas no ambiente organizacional integrativo: De Mary Parker Follet a Collins e Porras: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Administração. Porto Alegre (RS), 2000.

FREITAS, A. F. DE; FERREIRA, M. A. M. Gestão social como projeto político e prática discursiva. **Cadernos EBAPE.BR**, v.14, n.2, p.278 a 292, 2016.

GRANITO, R. A. N.; MANTOVANI, D. M. N.; CUNHA, J. A. C. DA; RODRIGUES, S. DE S.; BASÍLIO, A. C. L. Desenvolvimento regional e novos paradigmas: iniciativas de promoção do desenvolvimento na comunidade da Mangueira. **Cadernos EBAPE.BR**, v.5, n.2, p.1-14, 2007.

KALBERG, S. Max Weber's types of rationality: comerstones for the analysis of rationalization process in history. **American Journal of Sociology**, v.85, n.5, p.1145-1179, 1980.

KÖCHE, J. C. **Pesquisa científica: critérios epistemológicos**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, E (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 2 ed. São Paulo. Cortez, 2002.

LEFF, E. **Racionalidad ambiental**. La reapropiación social de la naturaleza. México: Siglo XXI Editores, 2004.

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação & Realidade**, v.34, n.3, pp.17-24, 2009.

LEFF, E. Imaginarios sociales y sustentabilidad. **Cultura y Representaciones Sociales**, v.9, p.42-121, 2010.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de professor**, p.14, v.2, p.309-335, 2011.

LEFF, E. Sustentabilidad y racionalidad ambiental: hacia 'otro' programa de sociología ambiental. **Revista Mexicana de Sociología**, p.73, n.1, p.5-46, 2011.

LEFF, E. Sociología y ambiente: formación socioeconómica, racionalidad ambiental y transformaciones del conocimiento. **Ciencias sociales y formación ambiental**, p.17-84, 1994.

LIMA, J. E de S. A Racionalidade e o Debate Ambiental Contemporâneo. **Cad. de Pesq. Interdisc. em Ciências Humanas**, Florianópolis, v.13, n.102, p.100-118 jan/jul, 2012.

LITTLE, P. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade, Brasília, 2002.

MANCE, E. A. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS, J. C. Democracia e Desenvolvimento Econômico: relação de identidade, instrumentalidade ou contradição? Constituição, Economia e Desenvolvimento: **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**. Curitiba, 1, n. 1, 97-110, 2009.

MELO, A. B. de; SOUSA, J. E. De Planejamento territorial de redes produtivas. **Revista Práticas de Administração Pública**, v.1, n.2, p.41-48, 2017.

MENESES, M. P. Corpos de violência, linguagens de resistência: As complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.8, 2008.

MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

MIGNOLO, W. **Desafios decoloniais de hoje**. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu/PR, 1 (1), 12-32, 2017.

MOREIRA, S. B.; CRESPO, N. Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. **Revista de Economia**, v.38, n.2, 36, p.25-50, maio/ago, 2012.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Abordagem Crítica nos Estudos Organizacionais: Concepção de indivíduo sob a perspectiva emancipatória. **Cadernos EBAPE.BR**, v.11, n.4, p.520-542, 2013.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Arranjo Produtivo Local** – Série Empreendimentos Coletivos. Brasília, 2017. Disponível em <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/arranjo-produtivo-local-serie-empreendimentos-coletivos,5980ce6326c0a410VqnVCM1000003b74010aRCRD>>

OLIVEIRA, A. Uso de fontes fílmicas em pesquisas sócio-históricas da área da saúde. **Texto & Contexto Enfermagem**, v.26, n.4, p.1-10, 2017.

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 2: 90-108, 2022.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. de S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Rev. FAE**, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez, 2003.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. DE S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

Requiem for the American Dream. Direção: Peter D. Hutchison; Kelly Nyks e Jared P. Scott. Produção: Peter D. Hutchison; Kelly Nyks e Jared P. Scott. [S.I.], 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. - 15 reimpressão - São Paulo: Atlas, 2014.

ROCHA, A. C. Capitalismo e racionalidade instrumental: reflexões acerca do tempo livre em Theodor Adorno. **Ideias**, Campinas, SP, v.9, n.1, p.149-170, 2018.

SANTOS, B. de S. Seis razões para pensar. **Lua Nova**, v.54, p.13-24, 2001.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.63, p.237-280, 2002.

SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.78, p.3-46, 2007.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez. (Coleção questões da nossa época), 2010.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra. Almedina, 2009.

SANTOS, E. L.; SANTOS, R. S.; BRAGA, V. Administração do Desenvolvimento na perspectiva Guerreirista: conceitos, contribuições e implicações. **Cadernos EBAPE.BR**, v.13, n.3, p.462-477, 2015.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. & SILVEIRA, M. L. Org. **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**. São Paulo, v.37, n.2, p. 18-30. Abr./Jun. 1997.

SOUZA, H. G.; TABOSA, F. J. S.; ARAÚJO, J. A.; CASTELAR, P. U. C. Uma análise espacial de como o crescimento e a desigualdade afetam a pobreza no Brasil. **Revista De Administração Pública**, v.55, n.2, p.459–482, 2021.

SOUZA, V. F.; SAMPAIO, C. A. C. Em busca de uma racionalidade convergente ao ecodesenvolvimento: um estudo exploratório de projetos de turismo sustentável e de responsabilidade social empresarial. **Revista de Administração Pública**, v.40, n.3, p.411-425, 2006.

TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**: ensaios sobre gestão social. Ijuí: Editora Unijuí, 2ª ed. 2004.

TRIGILIA, C. Social Capital and Local Development. **European Journal of Social Theory**, v.4, n.4: p.427–442, 2001.

VELOSO, J. *Sobre Is The Man Who Is Tall Happy?* (Michel Gondry, França, 2013). **Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, v.10, p.149-164, 2015.